

OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA NO COTIDIANO: OLHARES DE GESTORES, DOCENTES E DISCENTES

Zilfran Varela Fontenele¹

1- Introdução

Este artigo é parte de nossa monografia, apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura Plena em História, que abordou sobre a aplicação prática dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN para o ensino médio, na disciplina de História em escolas estaduais de ensino médio da cidade de Fortaleza. Com o intuito de conhecer melhor a realidade educacional cearense na prática, utilizamos como metodologia a aplicação de questionários a gestores, professores de História do ensino médio e alunos de quatro escolas estaduais da capital cearense.

Tivemos como campo da pesquisa empírica o tradicional Colégio Estadual Liceu do Ceará, no bairro de Jacarecanga, vizinho ao centro da cidade; a Escola de Ensino Fundamental e Médio - EEFM Professor José Parsifal Barroso, localizada no bairro periférico do Jardim Guanabara; Colégio Estadual Joaquim Nogueira, na área nobre da Parquelândia e EEFM Poeta Otacílio Colares, localizada no Conjunto Habitacional Santa Maria, distrito de Ancuri, no bairro de Messejana, afastado do centro da cidade.

No *lócus* das escolas observamos a estrutura física e as condições gerais das escolas e se apresentavam ou não recursos diretamente ligados à aplicação prática das diretrizes propostas pelo Governo Federal nos PCN, como bibliotecas, laboratórios de informática com acesso a internet e salas de vídeo.

Analisamos neste artigo as respostas das duas primeiras perguntas dos questionários aplicados. Professores e gestores foram indagados se houve treinamento para o conhecimento dos PCN e sua aplicação e de que forma; e se os PCN estavam sendo aplicados nas aulas e como. Os alunos foram questionados sobre o modo de ensino de História na escola, se gostavam ou não; e se já ouviram comentários acerca dos PCN na escola.

2- Os PCN: entre o conhecimento e a aplicação no Ensino de História

Os PCN foram criados para servir de orientação, sem um caráter obrigatório, para as determinações da Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei N°. 9394/96), sendo elaborados por equipes específicas a convite do Ministério da Educação, e emitidos para a educação básica,

¹ Licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, professor da rede particular de ensino nas cidades de Fortaleza e Sobral – Organização Educacional Farias Brito. zilfran@hotmail.com

nos ensino fundamental e médio, para todas as disciplinas. No caso da História, existem abordagens e objetivos específicos, conforme propõe os PCN de História:

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais.[...]Dentro dessa perspectiva, o ensino de História tende a desempenhar um papel mais relevante na formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo. (BRASIL, 1999, p.26)

As mudanças no ensino de História, seja na orientação teórica, nos conteúdos, nas técnicas pedagógicas, nos materiais didáticos e especialmente nas abordagens, buscam estabelecer nexos entre passado e presente, história e vida, sociedade e indivíduo, independentemente da posição sócio-econômica das pessoas. Nesta perspectiva, o ensino de História busca incitar os jovens a fazer uma leitura do presente baseada em questionamentos sobre eventos passados, desenvolvendo o raciocínio histórico, a interpretação, o questionamento, a compreensão e aplicação de conceitos e análises.

O ensino de História, para ser útil e motivador, deve ter o objetivo de desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de envolver os alunos e os professores como autores e atores, agentes do processo. As problemáticas estudadas deverão estar integradas nas questões autênticas de vida dos envolvidos. (MATTA, 2004: 55)

Faz-se necessário analisar a preparação dos professores para executar esta tarefa, já que são responsáveis diretos pelo processo educacional. A primeira questão a ser abordada é no tocante à capacitação dos professores para a aplicação dos PCN. Esta aplicação demanda eficiente planejamento e conhecimento dos conteúdos e das orientações dadas, levando em consideração a realidade da escola e dos docentes, o que nos leva a creditar grande importância aos gestores educacionais - diretores e coordenadores pedagógicos, responsáveis pela intermediação entre as leis, as normas diretivas e os professores.

Entendemos que o treinamento (na perspectiva de capacitação continuada) e a preparação docentes são vitais para o sucesso de qualquer tentativa de reforma educacional. Sem este trabalho, não há como esperar dos professores o cumprimento de quaisquer orientações curriculares. No caso da História, é necessário conscientizar inicialmente o professor a trabalhar uma forma de ensino que enfatize uma perspectiva que se oponha à imposição de conteúdos. Assim torna-se necessário:

[...] pensar a História enquanto as experiências vividas pelos homens, mulheres e crianças no seu cotidiano. Estas experiências devem ser entendidas como formas de lutas que são apreendidas integralmente como necessidades, aspirações, valores e razão por personagens que constroem a sua própria história, em condições historicamente determinadas. (FLORENSE, 2004: 33)

Desta maneira, podemos identificar elementos de valorização da memória, da história cultural, social e do cotidiano à medida que esses elementos passam a ser considerados necessários à compreensão de processos e conceitos do fazer histórico, numa visão contemporânea. Ao conteúdo histórico de caráter enciclopedista e baseado em verdades absolutas ditadas pelo professor vêm se opor uma aprendizagem do pensar histórico:

(...) ativa e construtivista, gerando espaço para a criação de significados. É também dialética no sentido de ser fruto da experiência concreta de sujeitos que constroem seus conjuntos interpretativos e subjetividades, a partir da práxis do cotidiano e das condições sócias. (FLORENSE, 2004: 65)

Isto se traduz na importância de valorizar o papel do aluno como construtor de sua história e participe de um processo mais abrangente que envolve toda a sua realidade. A construção da identidade social assim como a valorização da pluralidade sociocultural, processos em que a memória tem um papel importante merecem destaque segundo os PCN e requerem preparação e capacitação dos docentes.

Em algumas escolas, como na EEFM Parsifal Barroso, os professores foram taxativos ao negar a existência de treinamento específico para a aplicação dos PCN, enquanto docentes de outras escolas, como o Colégio Estadual Liceu do Ceará e a EEFM Poeta Otacílio Colares, reconheceram a realização de treinamento durante a semana pedagógica. De uma maneira geral, estas informações foram confirmadas pelos gestores das respectivas escolas. Segundo a diretora “A”, da EEFM Poeta Otacílio Colares:

A primeira capacitação aconteceu para os coordenadores pedagógicos em forma de seminários ministrados por técnicos da SEDUC/CREDE. Já para os professores, aconteceu na escola na Semana Pedagógica, mas, infelizmente nem todos os professores puderam participar.²

Como podemos observar no relato anterior, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC e o Conselho Regional de Educação - CREDE de cada uma das regiões de sua área de abrangência promoveram capacitação para gestores escolares, ficando a cargo de cada escola a responsabilidade de transferir os materiais e realizar seminários com os professores. A idéia era promover as discussões necessárias para adequar os parâmetros ao

² Extraído dos questionários aplicados aos professores e diretores na resposta da primeira pergunta: Houve treinamento para o conhecimento dos PCN e sua aplicação? Qual(s)?

conteúdo a ser ministrado em cada uma das séries do Ensino Médio, levando em consideração a realidade de cada escola.

De uma maneira geral, as escolas analisadas não chegaram a realizar encontros específicos para discutir os PCN. Na verdade, esta matéria tão relevante foi, em algumas das escolas analisadas neste estudo, incluída como parte integrante da semana pedagógica, realizada no início de cada ano letivo, onde são organizados, ainda, horários, divisão de conteúdos, preparação e organização de materiais e outras discussões de interesses específicos da escola e da comunidade, restando pouquíssimo tempo para abordar os PCN. Acrescentem-se as faltas de alguns professores à referida semana de planejamentos e estratégias, resultando em menor conhecimento ou discussão não só das práticas pedagógicas de cada escola, como também das propostas dos PCN.

Devemos perceber ainda, que alguns gestores não foram claros ao abordar na semana pedagógica os PCN para cada uma das disciplinas, tendo como consequência a falta de reconhecimento por parte dos professores. Já na EEFM Parsifal Barroso, segundo a própria Diretora “C” e o professor “C”, não houve treinamento ou capacitação e nem mesmo debates na escola acerca dos novos PCN para quaisquer disciplinas.

Outra percepção foi que, enquanto alguns gestores avaliam de maneira positiva as reuniões pedagógicas que ocorrem no início do ano, especialmente quanto à apresentação e discussão dos PCN de História, a quase totalidade dos professores considera insuficiente o tempo dedicado a tal análise, bem como não reconhecem tão positivamente a eficácia das reuniões pedagógicas que ocorrem no decorrer do ano.

É necessário que as escolas revejam esta realidade, pois os debates são fundamentais para trazer à tona uma série de necessidades básicas ao aprendizado dos alunos, especialmente na História, que busca a formação de cidadãos conscientes partindo de uma compreensão mais densa do processo social, pois identidade e cidadania devem ser valorizadas, conforme texto dos PCN, que afirma que:

É necessário que os educadores assim como os historiadores se preocupem na escola, com a formação de uma consciência social e política dos educandos, isto é, serem capazes de pensar historicamente. Isto significa pensar a nação como uma inclusão social de todas as camadas sociais e não olharem os movimentos sociais e políticos das massas como ações direcionadas à ingovernabilidade. (BRASIL, 1999: 277)

Para que isto seja possível, é importante que os professores discutam e debatam problemas e soluções ao longo do ano. As escolas devem, por exemplo, estimular a leitura,

que permite a ampliação dos conhecimentos e apura o raciocínio histórico, permitindo conseqüentemente que os alunos ampliem sua visão, estendendo-a a leituras de sua própria realidade. Esta e outras necessidades requerem dos professores a consciência de uma prática sistemática que ajude a formar bons leitores e, conseqüentemente bons pensadores. Isto só é possível se houver a percepção da necessidade de capacitação continuada dos mestres.

Não havendo referência clara, capacitação específica em cada uma das áreas de conhecimento e discussão direta do conteúdo dos PCN, não há como esperar sua plena utilização, bem como os resultados não serão os idealizados pelo Ministério da Educação.

É necessário frisar, mais uma vez, que os PCN não se configuram numa proposta curricular obrigatória que deve ser seguida por todos. Eles são referenciais para:

A renovação e reelaboração da proposta curricular e reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da co-responsabilidade entre todos os educadores. (...) Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional (...). Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo. (BRASIL, 1999: 7-10)

As propostas curriculares defendem que os professores devem priorizar procedimentos que valorizem a inteligência dos alunos, estimulando-os a pensar, sentirem-se produtivos e capazes de compreender e até reconstruir sua realidade. Mas como esperar isso de mestres que não desfrutaram de preparação adequada ou não realizaram discussões acerca desta e outras necessidades?

As respostas dos questionários nos mostraram que os professores recém-formados demonstram certo conhecimento teórico dos PCN, por terem trabalhado o assunto nas disciplinas pedagógicas quando freqüentavam os bancos das universidades, conforme nos afirmou o professor “C”, da EEFM Parsifal Barroso: “O conhecimento sobre os mesmos vem da época da graduação.”³ Entretanto, para os professores mais antigos, os professores mais jovens não têm o conhecimento prático de “anos de estrada” e não passaram por outros processos de reformas que aparente ou teoricamente buscavam melhoria na qualidade da educação e não trouxeram os resultados esperados. Por isso, os professores mais antigos tendem a não acreditar que os novos PCN possam trazer algo de novo ou positivo para a educação.

Independentemente do exposto anteriormente, é unânime a opinião dos professores de história no tocante à falta de clareza na relação entre teoria e prática na aplicação dos PCN.

³ Extraído dos questionários aplicados aos professores e diretores na resposta da primeira pergunta: Houve treinamento para o conhecimento dos PCN e sua aplicação? Qual(s)?

Observamos isto nas respostas da segunda pergunta do questionário aplicado a professores e diretores.

O principal motivo da falta de aplicação dos PCN de História nas escolas estaduais de ensino médio de Fortaleza, de acordo com a análise dos questionários realizados nesta pesquisa, é a formação inadequada dos professores. Além disto, os docentes reclamam da falta de recursos didáticos, como nos afirma o professor “C”, da EEFM Parsifal Barroso: “Como não percebi quase nada de discussão a esse respeito nas reuniões de professores, fica difícil. Mas vejo sérios entraves a isso, como a falta de recursos didáticos e de discussão sobre os temas.”⁴

3- O conhecimento e aplicação dos PCN na visão dos alunos

Neste tópico, analisamos as respostas das duas primeiras perguntas contidas nos questionários aplicados a alguns alunos das três séries do ensino médio do turno da tarde das escolas estaduais cearenses analisadas.

Iniciamos pelas respostas do segundo questionamento, até para simplificar nossa análise, visto que em todos os questionários respondidos pelos alunos, foi clara e monossilábica a negação quanto ao conhecimento sobre Parâmetros Curriculares Nacionais. Os alunos nunca ouviram sequer falar sobre eles e de uma maneira geral não sabem da existência de uma legislação específica para a educação.

Vale ressaltar que não consideramos que os alunos sejam obrigados a conhecer a legislação que rege a educação ou devam ser submetidos a cursos de qualificação para conhecer, entender e utilizar os PCN, como deveria ser feito com seus mestres. Todavia julgamos necessárias algumas informações, ainda que mínimas, acerca da forma como as disciplinas - em especial a História - devem ser abordadas, até para levar os alunos a perceber que a educação também está inserida em um contexto político e sócio-cultural em constante transformação.

Na análise da primeira pergunta, podemos perceber se há empatia ou não do aluno pela disciplina de História. É necessário que os alunos encontrem uma relação entre a História e a realidade. Os conteúdos abordados devem:

[...] resgatar a questão da autenticidade das questões estudadas e do engajamento e interesse dos sujeitos envolvidos no estudo de História. Para que se desenvolva o pensar histórico, os procedimentos devem ser organizados de forma que o estudante questione, elabore um problema de investigação, pense nele metodicamente, para

⁴ Extraído dos questionários aplicados aos professores e diretores na resposta da segunda pergunta: Os PCN estão sendo aplicados nesta escola? Como?

que construa então sua explicação ou interpretação. Essa operação engaja o estudante desde o princípio, e só será possível e bem sucedida a partir de temas autenticamente interessantes para ele em seu contexto. (MATTA, 2004: 62)

Encontramos basicamente três níveis de respostas entre os alunos: Há os que simplesmente não gostam ou não se identificam com a disciplina; os que passaram a gostar da disciplina pela afinidade com o atual ou algum outro professor de História de uma série anterior; e os que gostam da disciplina por ter grande afinidade com os conteúdos. Infelizmente, na maioria dos casos, podemos confirmar a falta de conexão entre história e realidade quando analisamos a opinião dos alunos acerca do modo como a História é ensinada nas Escolas Públicas Estaduais de Fortaleza.

O grupo dos alunos desinteressados pela História não é o maior, mas parece o mais “traumatizado”. Entendem a disciplina como “decorativa” e conseqüentemente distante da realidade em que vivem. A falta de interesse é um grande empecilho, como é o caso da aluna “H”, do Colégio Estadual Joaquim Nogueira, que considera que o ensino da disciplina é “chato”. Essa visão confirma a afirmação de Alfredo da Matta:

É notável o desinteresse identificado de alunos e até de alguns professores pela aprendizagem de História, sendo que a causa disso está na forma do ensino tradicional ainda dominante atualmente, que privilegia a erudição, produz a descontextualização do que se estuda em relação aos sujeitos do processo de ensino, promove e defende o individualismo e, além de tudo, desestimula e reprime toda a participação ativa e engajamento crítico dos estudantes. (2004. p.58)

O depoimento de vários alunos, como é o caso da aluna “A”, do Colégio Estadual Liceu do Ceará, que afirma: “gostaria que o professor explicasse melhor, fizesse com que os alunos se interessasse mais pela matéria”⁵; demonstra que muitos professores já apresentam certo desinteresse pelo trabalho, cansaço e até mesmo *stress*. Estes profissionais acabam por diminuir mais ainda o interesse e o gosto dos alunos pelo estudo e análise do passado e sua relação com o presente.

O segundo grupo parece ser o menos problemático, pois tem um interesse despertado pelo professor, como afirmou a aluna “B”, da terceira série do ensino médio da EEFM Poeta Otacílio Colares: “o professor dá a matéria e explica o conteúdo excelente”⁶. Isso pode ser benéfico devido ao estímulo que os alunos sentem, fazendo com que se tornem mais suscetíveis à análise dos diversos fatos, o que possibilitaria uma maior e melhor compreensão

⁵ Extraídas dos questionários aplicados aos alunos na resposta da primeira pergunta: Você gosta do modo de ensino de História na sua escola?

⁶ Idem.

da realidade. É muito importante para a educação escolar que os professores que têm o compromisso de educar nunca percam o estímulo de continuar produzindo, pois caindo na mesmice, estarão perdidas, no que diz respeito à compreensão histórica, várias gerações, o que nos faz enfatizar sempre as necessidades dos estímulos governamentais aos mestres e às escolas.

O terceiro grupo é composto por alunos interessados em História e que demonstram consciência da importância desta. Isto é confirmado por depoimentos como o do aluno “C” da terceira série do ensino médio da EEFM Poeta Otacílio Colares, que afirma ser “uma aula voltada para explicar e esclarecer os fatos importantes nos anos que antecederam a nossa existência, bem como os que virão”⁷; ou ainda a afirmação da aluna “E”, da terceira série do ensino médio da EEFM Parsifal Barroso: “além de contribuir muito para meu desenvolvimento, é interessante e útil para o dia-a-dia”.⁸ Vimos isto como um excelente começo, especialmente quando estes interesses dos alunos são somados ao trabalho eficiente dos mestres. O que nos causa temor neste grupo de alunos é a possibilidade deste interesse ser dissipado por professores que não ajudam a aprofundar este interesse ou por sistemas de avaliação injustos e que estimulam a “decoreba”, retirando o prazer da compreensão dos fatos. Isso faz com que a escola e a sociedade percam mentes que lhe poderiam ser muito úteis na construção, por exemplo, de uma sociedade menos injusta.

Parece-nos claro que por mais que existam dificuldades, cabe aos professores conquistar cada vez mais o interesse dos alunos, ainda que pareça difícil, pois os alunos têm uma “fome” de conhecimento e ressaltam sua necessidade para conseguirem uma vida melhor. Até mesmo alunos cujo relacionamento com a História é mais complicado podem ser conquistados pela percepção de que a disciplina vai poder lhe dar algo muito importante: a consciência cidadã.

4- Considerações finais

A escola precisa exercer a função de educar e não de adestrar; a História deve estimular reflexões e preparar os jovens para um futuro incerto e não se limitar a transmitir o passado.

De maneira geral, observamos uma falta de conhecimento ou trabalhos efetivos de apresentação, preparação e discussão acerca dos PCN entre professores e gestores,

⁷ Idem.

⁸ Idem.

especialmente os primeiros, que reclamam das dificuldades de acesso a capacitações, bem como uma total falta de informação dos alunos acerca das diretrizes educacionais.

Analisando as escolas, percebemos a existência de ferramentas como laboratórios de informática e bibliotecas, mas se não há qualificação adequada oferecida pela escola ou pelo governo do estado do Ceará ao corpo técnico, torna-se muito difícil que haja aplicação dos PCN nas escolas públicas estaduais de Fortaleza e conseqüentemente o uso de tais ferramentas em prol de um ensino renovado.

O resultado é que predomina nestas escolas e provavelmente em toda a rede pública estadual, um ensino baseado na transmissão de fatos históricos recorrentes para o vestibular, mas que não aparentam muita conexão com a vida prática. Isso fica claro nas respostas dos questionários dos professores de História das escolas analisadas, conforme afirmação do professor “A”, da EEFM Poeta Otacílio Colares, na resposta da segunda pergunta: “No ensino médio, (...) na verdade continuamos utilizando predominantemente um ensino voltado para os vestibulares de forma bastante tradicional.”⁹

5- Referências Bibliográficas

ALVES, Nilda e VILLARDI, Raquel (orgs.). *Múltiplas Leituras da Nova LDB*. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya Editora, 1997.

ARANHA, Maria Lúcia de. *História da Educação*. 2ª ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Moderna, 1996.

BITTENCOURT, Circe. “Capitalismo e Cidadania nas Atuais Propostas Curriculares de História.” In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino fundamental: ciências naturais e humanas*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

DOMINGUES, José Juiz; TOSCHI, Nirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma do Ensino Médio: a nova formulação curricular e a realidade da escola pública. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 21, n. 70, 2000. Disponível em:

⁹ Extraído dos questionários aplicados aos professores e diretores na resposta da primeira pergunta: Os PCN estão sendo aplicados nesta escola? Como?

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07 de março 2007

FLORENSE, Afonso Bandeira. O ensino da História e a natureza: um caminho na educação patrimonial. In. LIMA, Carlos Augusto Ferreira (Org.). *Ensino de História: reflexões e novas perspectivas*. Salvador: Quarteto, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 44 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

MARTINS, Maria do Carmo. *A História Prescrita e Disciplina nos Currículos Escolares: quem legitima esses saberes?* Bragança Paulista: UDUSF, 2002.

MATTA, Alfredo. Ensino-aprendizagem de história, projetos e novas tecnologias. In. LIMA, Carlos Augusto Ferreira (Org.). *Ensino de História: reflexões e novas perspectivas*. Salvador: Quarteto, 2004.

RIBEIRO, Renilson Rosa. Fora da realidade. In. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano I, número 3/ setembro de 2005.